



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 340/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10862/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha - FAPESB.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Afonso da Silva Reis, Presidente do FAPESB e Ordenador de Despesas.

6- Unidade Técnica: DICERP – Informação nº 1/2015 (fls. 194/200).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 867/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 201/206).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. FAPESB. Exercício 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Recomendação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar pela irregularidade das Contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha – FAPESB, referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. Afonso da Silva Reis, Presidente do FAPESB e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96;

9.2- Multar o Sr. Afonso da Silva Reis, Presidente do FAPESB e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 7, 8, 10, 11 e 13, do Relatório/Voto.

9.3- Fixar o prazo de **30 (trinta) dias**, para que o Sr. Afonso da Silva Reis, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

9.4- Autorizar, em caso de não recolhimentos do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De _____/_____/_____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 340/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Recomendar à Origem, Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Barreirinha; que:

9.5.1- Verifique, junto ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a possibilidade de realização de concurso público.

9.5.2- Implante o Portal de Transparência relativo aos atos do RPPS de Barreirinha.

9.5.3- Aperfeiçoe seus relatórios de viagens para atender as exigências deste Tribunal de Contas.

9.5.4- Observe o disposto na Lei nº 8.666/93 no que tange a prorrogação dos contratos.

9.5.5- Observe os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

9.5.6- Designe servidor devidamente qualificado para emissão de parecer de controle interno.

10- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de maio de 2015.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral